

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 705.329 - RJ (2015/0090737-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
ADVOGADO : MARCELO LUZ LEAL E OUTRO(S) - RJ141876
AGRAVADO : FRANCISCO LISBOA SERPA
ADVOGADO : EDSON REBELO DOS SANTOS JÚNIOR - RJ147680

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos do GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 112):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. ARGUIU O EXECUTADO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. DECISÃO IMPUGNADA QUE REJEITOU O PEDIDO SOB O FUNDAMENTO DE QUE A EXIGIBILIDADE DO TÍTULO, ORA EXECUTADO, SÓ OCORREU APÓS O CUMPRIMENTO, PELO EXEQUENTE, DE SUA OBRIGAÇÃO, O QUE, "IN CASU", OPEROU-SE COM A EXPEDIÇÃO DO "HABITE-SE". INCONFORMISMO. COM RAZÃO O RECORRENTE. PARCELAS VENCIDAS ENTRE 05/10/2001 E 05/07/2003. EXECUÇÃO PROPOSTA SOMENTE 02/12/2011. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. ART. 206, § 5º, INCISO I, DO ATUAL CÓDIGO CIVIL. MORA DO PROMITENTE VENDEDOR EM PROMOVER O HABITE-SE NÃO POSSUI O CONDÃO DE INTERROMPER OU SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL DE EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS. PRECEDENTE. PROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 132/144).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 225/234).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 236), os autos foram encaminhados a esta

Superior Tribunal de Justiça

Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 365, III e IV, 463, II, 535, I e II, 582 e 524, III, do Código de Processo Civil de 1973; e 199, I, 476 e 884 do Código Civil de 2002.

Aduz ter havido contradições e omissões na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Afirma que o agravo de instrumento não deve ser reconhecido, pois "[...] foi interposto sem assinatura do patrono, ou seja, apócrifo, ante a ausência (i) da petição de interposição do recurso e, por conseguinte, (ii) da indicação dos nomes e endereços dos advogados das partes e (iii) da declaração de autenticidade dos documentos juntados ao recurso [...]" (e-STJ fl. 166).

Requer, ao final, o afastamento da "[...] alegada prescrição das parcelas exigidas na exordial, referentes ao período de outubro de 2001 a julho de 2003, relativas ao imóvel [...]" (e-STJ fl. 166).

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 219).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 2 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

De pronto, verifico a ausência de requisito extrínseco de admissibilidade, relativo à regularidade formal do agravo interposto.

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório.

Nessa linha, na esteira do entendimento jurisprudencial consagrado na Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça, o inciso I do parágrafo 4º do artigo 544 do Código de Processo Civil de 1973, incluído pela Lei n. 12.322/2010, prevê

Superior Tribunal de Justiça

expressamente o não conhecimento do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

Ao que se tem dos autos, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial, firmada nos seguintes fundamentos: (i) ausência de violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973; e (ii) aplicação do verbete sumular n. 7 desta Corte Superior, segundo a qual "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*", tanto para o recurso interposto pela alínea "a" quanto para a "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal (e-STJ fls. 220/223).

Entretanto, as razões do Agravo atacam apenas o óbice referente à ausência de violação ao artigo 535 do estatuto processual civil de 1973, limitam-se a repisar as alegações do Recurso Especial e apresentam conteúdo genérico em relação à aplicação do verbete sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto apenas afirmada a não incidência do mencionado óbice de admissibilidade, mas não demonstrado como seria possível a análise da apontada violação, sem que implique o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (e-STJ fls. 225/234), não impugnando, de forma específica, o fundamento referente à aplicação da Súmula n. 7 desta Corte para o recurso interposto pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, adotado na decisão agravada, impondo-se, de rigor, o não conhecimento do recurso.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO INFIRMAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CPC.

1. Cuida-se, na origem, de ação de rescisão de contratos de fornecimento de combustíveis, comodato e outras avenças, cumulada com pedido de indenização por perdas e danos.
2. Não merece conhecimento o agravo interno que não impugna especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.
3. Agravo interno não conhecido, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(AgInt nos EREsp n. 1.540.423/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/8/2019, DJe

22/8/2019).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE BIFÁSICO. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO NCPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O juízo de admissibilidade é bifásico, ou seja, o primeiro juízo realizado no Tribunal de origem não tem o condão de vincular a decisão de admissibilidade do STJ, que é soberana à daquele.

3. O agravo interno não impugnou as razões da decisão agravada, pois não refutou, de forma fundamentada, a ausência de obscuridade, contradição, omissão ou erro e incidência da Súmula nº 7 do STJ, que levou ao não conhecimento do agravo anteriormente manejado contra o não seguimento do especial articulado. Inobservância do art. 1.021, § 1º, do NCPC e incidência da Súmula nº 182 do STJ.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp n. 1.453.558/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/8/2019, DJe 14/8/2019).

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA E SOLIDARIEDADE. AFASTAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.118.192/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/8/2019,

DJe 22/8/2019).

Saliente-se que "[...] o agravante deve demonstrar o desacerto da decisão denegatória, sendo certo que a repetição das razões de recursos anteriores é ineficaz para tal fim" (AgRg nos EDcl no AREsp n. 718.211/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 24/5/2016, DJe 1º/6/2016).

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (correspondente ao artigo 932, III, do estatuto processual civil de 2015).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. MORA. OCORRÊNCIA. NULIDADE DA CLÁUSULA QUE ESTIPULOU PRAZO DE TOLERÂNCIA POR ATÉ 180 DIAS ÚTEIS. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO DE FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DANOS MORAIS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. Razões de agravo interno que não impugnam especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III do Código de Processo Civil de 2015.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp n. 1.683.413/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 25/5/2018).

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA

Superior Tribunal de Justiça

DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. REVISÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.360.316/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 7/8/2019).

Frise-se que, ante o seu caráter incindível, todos os fundamentos da decisão agravada devem ser objeto de impugnação específica pela parte agravante. Nesse sentido, cita-se o recente julgado da Corte Especial, que veio a confirmar a jurisprudência já sedimentada nesta Corte acerca do artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Superior Tribunal de Justiça

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, *caput*, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal *a quo* que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp n. 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018 – sem destaques no original).

Assim, sem a impugnação **específica e suficiente** para infirmar o fundamento da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, não conheço do agravo, porquanto não atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada e, ainda, deixo de majorar os honorários em face de a publicação do acórdão ter-se dado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

